

LOS ARCHIVOS DE LA ARCHIVOLOGÍA: FUENTES DOCUMENTALES PARA UNA HISTORIA DEL PENSAMIENTO ARCHIVÍSTICO BRASILEÑO

Francisco Alcides Cougo Junior *

Resumen

El artículo enumera y debate las posibilidades de investigación acerca de la historia de los haceres y saberes archivísticos en el Brasil, a partir de sus fuentes primarias y secundarias. El trabajo tiene por objetivo reunir las fuentes de pesquisa más destacadas, debatiendo sus características, importancia, formas de acceso y su grado de opacidad.

Palabras-clave: Historia de la archivística; fuentes documentales; Archivología brasileña; historia de la ciencia.

OS ARQUIVOS DA ARQUIVOLOGIA: FONTES DOCUMENTAIS PARA UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO

Resumo

O artigo elenca e discute as possibilidades de pesquisa sobre a história dos fazeres e saberes arquivísticos no Brasil, a partir de suas fontes

* Professor Assistente del Departamento de Documentação, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. francisco.cougo@ufsm.br

primárias e secundárias. O trabalho tem por objetivo elencar as principais fontes de pesquisa da área, discutindo suas características, importância, formas de acesso e seu grau de opacidade.

Palavras-chave: história da arquivística; fontes documentais; Arquivologia brasileira; história da ciência.

THE ARCHIVES OF ARCHIVAL SCIENCE: DOCUMENTARY SOURCES FOR A BRAZILIAN HISTORY OF ARCHIVAL KNOWLEDGE

Abstract

This article lists and discusses research possibilities about the history of archival practice and knowledge in Brazil, from its primary and secondary sources. The objective of this work is to list the main sources of research in the area, discussing its characteristics, importance, forms of access and its degree of opacity.

Keywords: archival history; documentary sources; Brazilian archivology; History of Science

Recibido: 23/10/2019

Aprobado:09/05/2020

1. Introdução

Um dos temas emergentes da produção científica em Arquivologia é a história do desenvolvimento da área. Recentemente, ao analisar o “estado da arte” do conhecimento arquivístico, Juan Voutssás M. (2016) mostrou que, dos mais de 3.800 trabalhos produzidos nos países ibero-americanos entre 1986 e 2016, cerca de 90 versam sobre a história e a evolução da Arquivologia, ou sobre as fontes para seu estudo. Tratam-se de teses, dissertações e artigos que, direta ou indiretamente, professam que é fundamental conhecer a trajetória do campo para entendê-lo em suas características, similitudes e contradições.

No Brasil, apesar dos esforços recentes, esse imperativo ainda carece de ênfase. A sistematização da história dos *fazeres* e *saberes* arquivísticos no país – parafraseando as definições consolidadas por Clarissa Schmidt (2012) – é repleta de lacunas a serem preenchidas. É importante mencionar que existem publicações específicas que, a partir de visões mais ou menos distintas, compilam fatos e debatem os processos de desenvolvimento da área nos âmbitos regional e nacional. Tais investigações, porém, ainda são marcadas por certa superficialidade em relação aos acontecimentos, aos personagens e aos contextos sócio-políticos que definiram uma “arquivística nacional” até aqui. Faltam, via de regra, trabalhos mais densos, capazes de concatenar eventos, atores e cenários às ideias daí geradas, como nos exemplares *Transparência e opacidade do Estado no Brasil*, de José Maria Jardim (1999), e *Patrimônio regional e escrita de uma história da pátria regional*, de Ivana Parrela (2012).

Os motivos dessa particular ausência por certo são diversos e concomitantes, mas quiçá um deles seja a notável opacidade das fontes de pesquisa para a história da arquivística brasileira. Não é possível estabelecer uma “história da ciência” sem que fontes primárias e secundárias sejam consultadas e, para isso, elas precisam ser conhecidas e debatidas. As fontes de pesquisa se constituem de “todos os tipos de informações acerca do devir social no tempo”.¹ Elas são os vestígios do passado, que – através dos métodos de pesquisa histórica – nos permitem analisar em profundidade a trajetória de objetos de investigação, interpretando-os e questionando-os criticamente. São, em suma, repositórios que fornecem informações sobre a ação humana ou, mais ainda, sobre a forma como estas ações são documentadas em determinado contexto.

A partir destas concepções, este artigo visa elencar e sistematizar um conjunto básico de fontes para a escrita da história da prática e do pensamento arquivístico no Brasil. A intenção é subsidiar arquivistas, historiadores e outros investigadores interessados em conhecer e compreender a trajetória da Arquivologia no país, incentivando-os a aprofundar investigações a respeito do tema. Para a produção deste artigo, foram consultados instrumentos de pesquisa produzidos e disponibilizados por instituições arquivísticas, além de publicações da área. Basicamente, as fontes aqui elencadas compreendem uma gama diversificada de conjuntos de informações que, por sua vez, podem originar trabalhos nas mais distintas linhas interpretativas. São men-

1 Maria Itayra Coelho de Souza PADILHA; Miriam Süssking BORENSTEIN. “O método de pesquisa histórica na Enfermagem”, em *Texto & Contexto Enfermagem*, nº 14, 2005. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/714/714144415/>> [Data de consulta: 23/10/2018]

cionadas, ademais, tanto fontes de caráter primário (de “primeira mão”, compostas por documentos originais), quanto de caráter secundário (em geral mais conhecidas e igualmente importantes para a compreensão do objeto de análise). De antemão, salienta-se que o foco deste trabalho não é interpretar especificamente estas ou aquelas fontes. Tampouco objetiva-se esgotar o rol de recursos a serem investigados. O objetivo principal, em linhas gerais, é apresentar tais documentos de forma esquemática, elucidar onde encontrá-los e, sempre que possível refletir sobre sua importância para a escrita da história da arquivística brasileira.

Como o leitor perceberá, além das informações básicas sobre os registros documentais elencados, serão debatidas as condições de acesso às fontes. A intenção é dar visibilidade a tais registros, mas também chamar atenção para o fato de que muitos deles, apesar de sua pertinência, seguem inacessíveis. Pior: alguns correm até mesmo o risco da desapareição.

2. O pensar e o fazer arquivístico a partir de suas fontes primárias

Desde a criação do Arquivo Público do Império (hoje Arquivo Nacional), em 1838, as instituições arquivísticas brasileiras têm sido as grandes desenvolvedoras e implementadoras de métodos, técnicas e teorias arquivísticas no país. Vale lembrar que, até 1977, a formação de trabalhadores especializados na organização de arquivos era uma das atribuições do Arquivo Nacional. Além disso, seja em âmbito nacional, seja nos estados e municípios, foram as instituições arquivísticas brasileiras que, via de regra, estabeleceram os primeiros critérios de seleção de documentos para guarda permanente, as diretrizes básicas para a organização de fundos documentais e os modelos pioneiros que ainda hoje servem de referência para o atendimento aos usuários. Previsivelmente, todo esse vanguardismo gerou vasta quantidade de documentos que, hoje, configuram-se em importantes fontes de pesquisa para a escrita da história da arquivística no Brasil. São os “arquivos dos arquivos”, ainda pouco estudados, mas definitivamente ricos em informações sobre as práticas e as ideias embrionárias do desenvolvimento da área no país.

Dos conjuntos de fontes primárias que compõem esse elenco, talvez o mais completo e substancial seja o fundo *Arquivo Nacional* (BR RJANRIO AN). Custodiado na sede do Arquivo Nacional (AN), no Rio de Janeiro, esse fundo de aproximadamente 150 metros lineares é composto por documentos produzidos e acumulados pela principal instituição arquivística do país entre

1838 e 1998. Nele, constam registros fundamentais, como os “Mapas de Recolhimento”, os quais dão conta dos primeiros procedimentos de doação, coleta e seleção de documentos que compõem parte importante do patrimônio cultural arquivístico nacional. Destacam-se, ainda, os relatórios de atividades e as correspondências entre os muitos diretores da instituição e autoridades brasileiras e estrangeiras, documentos que revelam os bastidores e o funcionamento do Arquivo Nacional, suas dificuldades, seus momentos de destaque e suas escolhas. De acordo com o instrumento de pesquisa, constam também no fundo:

Processos referentes à atividades administrativas e técnicas. Registro de ocorrências. Mapas de entrada de documentos. Instrumentos de pesquisa. Relatórios do diretor. Relatórios das seções. Documentação relativa a cursos, seminários, congressos, conferências, encontros e exposições. Ofícios, cartas e memorandos sobre pessoal, atividades técnicas, assistência técnica, material e patrimônio, organização, editoração e publicação, recolhimentos, consulta, divulgação, orçamento e finanças, tratamento técnico, privilégios industriais, arquivo eleitoral. Recortes de jornais. Plantas. Convênios. Projetos. Filmes e fitas videomagnéticas referentes à reportagens e projetos da instituição, veiculados na televisão, e programas de divulgação de outros órgãos, doados ao Arquivo Nacional. Fitas audiomagnéticas de cursos e seminários referentes à arquivologia, história, conservação de documentos e discursos em solenidades do Arquivo Nacional. Discos de música popular e erudita. Fotografias referentes à trajetória da instituição, tais como exposições, visitas, solenidades, vistas das sedes, funcionários e palestras. Cartazes referentes a eventos promovidos pela instituição.²

O detalhamento da descrição dos itens acima citados mostra que, além de fontes administrativas, o Arquivo Nacional guarda também algumas preciosidades da história arquivística, como os materiais didáticos empregados nas oficinas ministradas pela instituição, as peças gráficas utilizadas para a divulgação de eventos promovidos pelo AN e documentos fílmicos que retratam aspectos do trabalho no acervo e do cotidiano dos servidores que atuaram no órgão. Dentre as fontes, destaca-se por exemplo o filme que retrata a preparação para a última mudança de sede da instituição, em 1984³.

2 Cf. *Fundo Arquivo Nacional*, BR RJANRIO AN. Disponível em <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Multinivel_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1285&v_aba=0> [Data da consulta: 05/06/2018]

3 *Fundo Arquivo Nacional*, BR RJANRIO AN.FIL.0.1 - Mudança de sede do Arquivo Nacional (1984).

Ainda no acervo do Arquivo Nacional, constam os originais das muitas publicações editadas pelo organismo, fontes que podem ser consideradas secundárias, mas que são fundamentais para a compreensão dos paradigmas que, ao longo do século XX, consolidaram a Arquivologia brasileira. É pertinente mencionar que o Arquivo Nacional foi responsável por traduzir, publicar e difundir obras que ainda hoje representam o esteio intelectual da área no país. Para que tenhamos uma ideia, foi o AN que publicou a primeira versão em língua portuguesa do célebre *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, em 1960. Também foi através da instituição que os arquivistas brasileiros tiveram acesso às obras do estadunidense Theodore R. Schellenberg, ainda hoje uma referência onipresente. Os trâmites para a aquisição dos direitos autorais, da escolha de tais obras e de sua posterior repercussão constam nos documentos do fundo *Arquivo Nacional*. De igual maneira, os boletins editados pela entidade, os periódicos por ela publicados e, mais recentemente, o material audiovisual dos eventos promovidos pelo órgão compõem um mosaico rico e ainda inexplorado para a história da arquivística brasileira.

Para além do Arquivo Nacional, são igualmente ricos em fontes documentais os fundos dos arquivos públicos estaduais, alguns deles de tradição centenária. Como nos mostrou Ivana Parrela (2012), os documentos produzidos pelas próprias instituições arquivísticas dos estados representam um manancial de dados e informações quase inexplorados sobre a Arquivologia brasileira. As redes de relacionamentos, as concepções historiográficas de seus principais personagens, a importância destas entidades para a definição de ideários memoriais e para a constituição dos diferentes patrimônios arquivísticos regionais são alguns dos muitos pontos de estudo que podem ser desbravados a partir destas fontes. Órgãos como o Arquivo Público Mineiro (criado em 1895), ou o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (fundado em 1906) possuem uma vasta tradição no tratamento de seus fundos documentais e, ainda hoje, são responsáveis diretos pela implementação de políticas públicas, normativas e práticas operacionais que compõem a trajetória da evolução e do desenvolvimento arquivístico regional. Além disso, algumas destas instituições mantiveram ou ainda mantêm periódicos regulares que, entre outras funções, difundem seus acervos e retratam as operações técnicas empregadas em seu tratamento. Periódicos como a *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul* (1921-1958) representam fontes importantes para compreender o ideário da época e as opções teórico-metodológicas então implementadas nos arquivos.

Também no âmbito institucional, merecem destaque as fontes documentais produzidas e acumuladas por pelo menos duas entidades diretamente

ligadas aos destinos da arquivística no Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O IHGB foi criado no mesmo ano em que se instituiu o Arquivo Nacional (1838) e, segundo Ivana Parrela, durante décadas ambos “concorreram” pela hegemonia da seleção, aquisição e patrimonialização dos arquivos no país.⁴ O instituto, integrado originalmente por historiadores com alguma repercussão social, teria forjado para si o papel de custodiador dos documentos “importantes” para a história nacional, deixando para o Arquivo Nacional a pecha de depósito dos papéis administrativos da nação – uma interpretação que ainda precisa ser analisada à luz das fontes.

Já o IPHAN, criado em 1937 (originalmente como Sphan), pouco correu pela guarda ou preservação dos arquivos no Brasil, mas durante quase setenta anos deteve o monopólio da patrimonialização cultural no país (estabelecida, sobretudo, através do tombamento de bens culturais). Graças à ênfase dada ao patrimônio arquitetônico, o IPHAN praticamente não exerceu influência direta sobre a preservação dos documentos arquivísticos. Apesar disso, o Instituto foi por diversas vezes provocado a se posicionar sobre possíveis tombamentos de arquivos – pedidos que foram sempre indeferidos pelo órgão. Os dossiês dos processos que contam a trajetória destas solicitações encontram-se hoje digitalizados e disponíveis para consulta no sítio eletrônico do IPHAN. Junto com os documentos constitutivos do IHGB (espalhados pela sede central e pelas sucursais regionais do organismo), tais registros constituem um conjunto de fontes pouco ou nada investigadas sob o prisma da arquivística.

Fora do escopo das fontes pertencentes às instituições arquivísticas, outro importante manancial de documentos pertinentes à história da prática e do pensamento arquivístico brasileiro pode ser encontrado nos arquivos dos organismos que fomentaram e desenvolveram a área, seja sob o ponto de vista corporativo-profissional, seja pelo viés acadêmico-científico. Em meados dos anos 1970, a Arquivologia consolidou-se como campo de trabalho e área do conhecimento, catapultando algumas importantes ações organizativas que, por sua vez, geraram uma documentação especialmente interessante para a trajetória da disciplina no país. Nesse sentido, convém citar como proeminentes os documentos abrigados no fundo arquivístico da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), cujas atividades transcorreram entre os anos de 1971 e 2015. Hoje preservados pelo Arquivo Nacional, os registros da AAB

4 Ivana PARRELA, *Patrimônio regional e escrita de uma história da pátria regional*, Belo Horizonte, Annablume, 2012, p. 36.

são elementares para compreendermos a trajetória de lutas pelo reconhecimento, a qualificação e o espaço dos profissionais brasileiros. Neles, constam atas de reuniões, cartas, relatórios das direções da entidade, convites, pareceres, publicações técnicas e todo o conjunto de documentos decorrentes da organização das dezoito edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) – maior evento da área nas primeiras quatro décadas de associativismo profissional no Brasil⁵.

Além da AAB, de acordo com o Arquivo Nacional⁶ pelo menos oito estados brasileiros contam com associações profissionais, cujos fundos documentais certamente também interessam à história arquivística nacional. É preciso ponderar, no entanto, que o acesso a tais acervos é bastante limitado, muito em decorrência das circunstâncias organizativas destas entidades. Em geral integradas por um pequeno número de associados, dotadas de baixo potencial orçamentário e muitas vezes sem sede própria, as associações profissionais estaduais nem sempre contam com arquivos devidamente organizados e acessíveis aos pesquisadores. Essa realidade dificulta a investigação e, por consequência, a compreensão sobre o papel do associativismo nas dinâmicas regionais e na própria consolidação da arquivística no Brasil. Esse traço, aliás, parece ter-se agravado com o desaparecimento da instituição associativa de caráter nacional, um ponto mais a ser refletido em futuras investigações.

Por outra via, os arquivos das instituições acadêmico-científicas ligadas à Arquivologia são espaços cada vez mais consolidados como ambientes de pesquisa na área. É verdade que, em muitos casos, os conjuntos orgânicos destas entidades não estão plenamente acessíveis aos pesquisadores. Entretanto, esta é uma realidade que parece estar em franca mudança, sobretudo graças ao empenho de profissionais da área e à crescente demanda por investigações sobre a produção científica relacionada aos arquivos. Os arquivos dos dezesseis cursos de graduação em Arquivologia existentes no país são constituídos, em linhas gerais, por documentos que dão conta de suas rotinas administrativas. Junto aos acervos dos cursos de pós-graduação, estes conjuntos guardam registros importantes das atividades desenvolvidas em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão. Ainda não há uma sistematização precisa a respeito do conteúdo destes arquivos – quase todos abrigados por instituições federais de Ensino Superior. Apesar disso, já existem práticas

5 Parte desta importante documentação foi analisada por Mariza Bottino (2014).

6 Ver <<http://www.conarq.gov.br/index.php/links-uteis/391-associacoes-de-profissionais-de-arquivologia>> [Data da consulta: 11/06/2018].

exemplares que mostram a importância e as possibilidades presentes em tais repositórios. O arquivo institucional do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, um dos precursores na formação de novos arquivistas, pode ser apontado como paradigmático, uma vez que abriga farta quantidade de documentos tratados e disponíveis que dão conta tanto da história deste espaço de formação, quanto de sua influência na consolidação da arquivística brasileira.⁷

Caberia ainda salientar que os arquivos do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dois importantes organismos definidores da política educacional no Ensino Superior brasileiro, também abrigam documentos referentes ao desenvolvimento da Arquivologia enquanto subárea do conhecimento (ligada às Ciências da Informação, desde 1984). Apesar de não contarem com instrumentos de pesquisa, é crível conceber que tais instituições guardem fontes importantes, tais como as discussões que levaram à classificação da Arquivologia no âmbito das Tabela de Áreas do Conhecimento, ou mesmo das distribuições de subsídios para a pesquisa. É inevitável citar que, para além dos arquivos institucionais, estas agências governamentais mantêm os maiores repositórios institucionais de dissertações e teses. Apesar de não serem fontes primárias, estes trabalhos em grande medida colaboram para a compreensão da história da arquivística brasileira.

Sob o ponto de vista das políticas públicas em arquivos e para o desenvolvimento da arquivística no Brasil, podemos assinalar ainda como fontes primárias os dossiês legislativos mantidos no repositório digital do Congresso Nacional. Estes conjuntos de documentos digitalizados constituem-se de fontes de pesquisa pouco exploradas, mas muito ricas em informações sobre a proposição, a concepção e o debate que levou à aprovação (ou ao arquivamento) das proposições legais relacionadas aos arquivos no país. A partir da opção “dossiê completo”, disponível no repositório digital do Congresso, o pesquisador pode acessar grandes quantidades de documentos que mostram a tramitação de iniciativas legislativas fundamentais para o debate arquivístico, tais como a lei de regulamentação das profissões de arquivista e de técnico em arquivos (Lei Federal nº 6.546/1978) e a Lei dos Arquivos (Lei Federal Nº 8.159/1991). A partir da mesma opção, é possível também conferir as tratativas que envolveram as propostas de criação de um conselho profissional para a área (debate até aqui malfadado) e das atuais discussões sobre a regu-

7 Alguns documentos deste arquivo e informações nele contidas foram sistematizados brevemente no livro *Memória dos 40 anos de Arquivologia da UFSM* (2017).

lamentação da digitalização de arquivos analógicos no país. Estranhamente, a despeito de ser uma temática recorrente nas pesquisas arquivísticas, os estudos sobre a história das políticas públicas em arquivos ainda não se valeram desses recursos documentais.

3. Fontes secundárias e depoimentos sobre fazeres e saberes em Arquivologia

Para além dos documentos produzidos ou acumulados por instituições públicas e privadas que participaram do desenvolvimento da arquivística brasileira, existem algumas fontes de caráter secundário que também nos ajudam a compreender esta trajetória. Ainda que sejam menos “potentes” que as fontes primárias, estes vestígios amplificam as possibilidades de investigação e representam uma leitura muitas vezes obrigatória para os pesquisadores da área. Merecem menção, nesse sentido, as programações, cadernos de resumos e anais de eventos em Arquivologia, a começar pelo já citado Congresso Brasileiro de Arquivologia, cuja primeira edição ocorreu em 1972. Embora a maioria das edições do CBA não tenha gerado anais, os programas destes congressos e os textos neles apresentados (muitos publicados em meios diversos) representam um vasto material para análise, tanto sobre as experiências profissionais, quanto a respeito dos debates teóricos no Brasil. Estes documentos, alguns deles disponíveis nas bibliotecas de universidades, ajudam a remontar, também, o elenco dos principais personagens que, nas últimas décadas, fizeram a Arquivologia brasileira.

Da mesma forma, os anais das doze edições do Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM) e das oito ocorrências do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) significam muito para o entendimento sobre a trajetória mais recente da área no país e sua inserção no subcontinente. No âmbito regional, os anais do Seminário de Arquivologia do Norte ou do tradicional Encontro Catarinense de Arquivos e, nacionalmente, os registros do Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia (ENEARQ) e da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), configuram-se também como documentos fundamentais para a história da arquivística no Brasil.

As revistas científicas e de divulgação em Arquivologia, a seu modo, também trazem consigo vestígios importantes sobre o campo. Para além dos boletins e revistas publicados pelo Arquivo Nacional e por instituições arquivísticas estaduais, é importante referenciar algumas publicações de tradição longeva para os parâmetros da área – e que só eventualmente têm sido utilizadas como fontes de pesquisa *per si*. Nesse sentido, merecem menção a re-

vista *Arquivo & Administração*, mais antigo periódico arquivístico brasileiro, que além de textos teóricos, durante mais de duas décadas publicou informes sobre a situação da categoria profissional arquivística e seus desafios ante o desenvolvimento nacional; a revista *Acervo*, criada pelo Arquivo Nacional em 1986 e, desde seus primórdios, destacada por ser um espaço qualificado para a publicação de artigos, resenhas e traduções de textos arquivísticos; a revista *Ágora*, também editada regularmente desde 1986, originalmente pela Associação dos Arquivistas de Santa Catarina (e hoje mantida pelo curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina) e; em tempos recentes, os periódicos *Informação Arquivística* (da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro) e *Archeion* (mantida pela Universidade Federal de Pernambuco). Cabe salientar que estas revistas têm sido uma seara fértil para a pesquisa bibliométrica em Arquivologia no Brasil. Apesar disso, seu potencial como fonte de investigação para a história da área tem sido, até aqui, pouco considerado. Suas histórias, a propósito, também. Caberia, neste sentido, questionar: quem foram seus criadores? Em que contexto tais periódicos surgiram? Algum deles possui documentos orgânicos relacionados a seus trâmites internos? Tais documentos encontram-se preservados e acessíveis?

Ainda no âmbito das publicações, mas sob outro ponto de vista, podem-se salientar como fontes secundárias para a história da arquivística no Brasil alguns livros que, por serem verdadeiros depoimentos para a posteridade, servem como subsídios de pesquisa. Citam-se, especificamente, as obras *Arquivos: uma questão de ordem*, do conhecido José Pedro Pinto Esposel (1994); *Arquivística: sua trajetória no Brasil*, de Astrea de Moraes e Castro (2008); o recente *Arquivo: estudos e reflexões*, de Heloísa Liberalli Bellotto (2014); e *Memória dos 40 anos de Arquivologia da UFSM* (2017). Estes e outros livros, alguns escritos em primeira pessoa, constituem um *corpus* documental interessante, pois permitem antever os caminhos e descaminhos da seara profissional, dos debates acadêmicos e da formação do pensamento arquivístico brasileiro.

A propósito de publicações que podem ser consideradas fontes documentais para a compreensão da história da arquivística no Brasil, é pertinente elencar algumas obras que, por sua importância, representam marcos para a área – e, por isso, merecem ser analisadas como recursos para a pesquisa. Ainda que seja contraditório considerá-los como fontes, alguns antigos manuais, livros técnicos e relatos de experiências passadas mostram o quanto a Arquivologia evoluiu enquanto seara prática e teórica. Ademais, estas publicações registram as autorias e as influências que marcaram o mundo

dos arquivos no âmbito brasileiro. Dentre estes livros, destacam-se o raro *Vade mecum do arquivista*, de Marcílio Vaz Torres (1944), *Administração de Arquivos e Documentação*, de Samuel H. Jameson (1964), *A técnica de Arquivar*, de Heloísa de Almeida Prado (1974), *Arquivística = Técnica; Arquivologia = Ciência*, de Astrea Moraes e Castro et al. (1985), *Arquivos Correntes: organização e funcionamento*, editado pelo Arquivo Nacional (1985) e *Arquivo: teoria e prática*, de Marilena Leite Paes (1986). Mais ou menos conhecidos pelos arquivistas, estas publicações são exemplares por trazerem consigo as características que marcaram, a seu tempo, o desenvolvimento da área – e que, ainda hoje, precisam ser revisitadas e compreendidas.

4. Considerações finais: acesso e opacidade nos “arquivos da Arquivologia”

As fontes até aqui elencadas compõem um mosaico amplo e certamente incompleto (embora suficiente em grande medida) para a escrita da história arquivística brasileira. Muitos documentos descritos ao longo do texto compõem fundos dispersos pelo país. Alguns, pelo contrário, contam com réplicas (sobretudo no caso das publicações) e, por isso, são mais facilmente localizáveis. Via de regra, no entanto, o acesso a tais registros é ainda um tanto quanto complicado. À guisa de consideração final, esta seção reflete sobre o acesso e a opacidade dos “arquivos da Arquivologia”, uma incongruência da área que precisa ser ratificada.

Como se pode depreender de uma rápida consulta a sítios de arquivos públicos, associações profissionais e instituições mantenedoras de cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, entre outros, há uma tendência pouco saudável destes entes em manter seus arquivos inacessíveis, desorganizados e, não raramente, perdidos. Esse descuido, além de depor contra toda uma área que organiza seu discurso em torno dos ideais de transparência e acesso, torna impossíveis pesquisas mais profundas sobre o desenvolvimento e as características da arquivística brasileira. Fato agravante, neste íterim, é que poucas vozes parecem erguer-se contra este estado de coisas e, menos ainda, têm sido as ações voltadas a minimizar o problema. Não é à toa que a comunidade arquivística saúde tão efusivamente projetos como o da digitalização e disponibilização de todos os exemplares da revista *Arquivo & Administração*, trabalho realizado pelo Arquivo Nacional, em 2017. Iniciativas como esta mostram a importância e a necessidade do campo em sistematizar e investigar sua trajetória a partir de suas fontes.

Há, porém, um longo caminho até o pleno conhecimento, acesso e preservação dos documentos que contam a história dos fazeres e saberes arquivísticos no país. A título de exemplo, basta dizer que apenas algumas das revistas e boletins publicados por instituições arquivísticas ao longo do último século estão disponíveis aos pesquisadores remotamente – com especial destaque para a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, que disponibiliza todos os seus exemplares através de representantes digitais, via Internet. Publicações de inegável importância, como os *Boletins da AAB* encontram-se disponíveis apenas para consulta *in loco*, na sede carioca do Arquivo Nacional. Sobre os documentos que dizem respeito ao funcionamento, composição e métodos de trabalho implementados nas instituições arquivísticas do país, o Arquivo Nacional é das únicas instituições que mantém uma descrição minimamente satisfatória sobre seu próprio fundo documental – ainda que não disponibilize versões digitalizadas dos documentos, para consulta remota. Os sites eletrônicos do IHGB e do IPHAN, por sua vez, oferecem opções tanto mais satisfatórias, especialmente no caso deste último órgão, que franquia aos pesquisadores a possibilidade de consulta digital aos dossiês de processos de tombamento de bens culturais. Por outra parte, os arquivos dos cursos de Ensino Superior em Arquivologia também seguem em grande medida revestidos pela opacidade de seus documentos, a não ser em raras exceções – como no mencionado caso da Universidade Federal de Santa Maria.

Sobre os documentos a respeito dos eventos científicos na área, o cenário é igualmente preocupante. Em que pese a preocupação apregoada pela arquivística a respeito da preservação digital, ainda é comum presenciarmos a desaparecimento de sites e repositórios que, em alguma circunstância, guardaram a produção bibliográfica de congressos, seminários e simpósios da área. Hoje, por mais que haja recursos e facilidades para tal, a Arquivologia não conta com um único espaço capaz de abrigar – com critérios de confiabilidade – os documentos produzidos pelo extinto CBA, pelos CAM e CNA, ou pelos demais eventos da área. Nesse sentido, localizar antigos e até novos artigos ou palestras proferidas em congressos passados é tarefa muitas vezes árdua e até impossível em alguns casos, um fato exasperante tanto para quem deseja investigar as características epistêmicas da produção arquivística, quanto para aqueles que vislumbram conhecer mais sobre a história da área. É importante salientar, como exemplo de boas práticas nesta seara, a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), mantida pela Universidade Federal do Paraná, um dos repositórios mais completos em se tratando de revistas científicas e textos provenientes de trabalhos apresentados em eventos.

Em relação às fontes secundárias de investigação, sobretudo os livros, muitos encontram-se fora de catálogo, com edições esgotadas e, em muitos casos, em vias de desaparecimento. Salvam-se do sumiço aqueles exemplares mantidos pelas bibliotecas universitárias, quase sempre tratados como literatura obsoleta e, por isso, pouco consultados – mas ainda assim muito importantes. A exigência governamental por currículos de formação que apresentem bibliografia dita “atualizada”, muitas vezes tem conduzido a literatura mais antiga – parte dela de caráter testemunhal para a história da arquivística – ao abandono. O ostracismo destes materiais, contudo, poderia ser evitado se estas obras fossem de fato inseridas na “agenda de pesquisa” brasileira, compondo o *corpus* documental das investigações sobre a trajetória da arquivística.

Como pode-se perceber, para além do Arquivo Nacional, o conjunto de documentos mais facilmente acessível sobre a história da arquivística e da Arquivologia do Brasil parece ser aquele que só indiretamente dá conta dos meandros que compuseram o desenvolvimento da área. São os casos da documentação sobre os processos legislativos, mantidos pelo sítio do Congresso Nacional, ou o material de imprensa sobre a área (matérias em jornais e revistas, principalmente), estes últimos muito dispersos, mas hoje disponíveis em bases como a *BNDigital*, da Biblioteca Nacional. Anais de eventos, periódicos e documentos um tanto quanto raros (como filmes e fotografias), por sua vez, ainda aguardam ações que possam resgatá-los do esquecimento e torná-los acessíveis.

Por fim, cabe ainda refletir sobre a história “não contada” do campo, sobretudo aquela protagonizada por seus principais personagens. Nos últimos anos, alguns fóruns de Arquivologia tem tratado da necessidade de organizar, desenvolver e implementar projetos de história oral dedicados a colher depoimentos de arquivistas, professores e figuras proeminentes para a trajetória da arquivística no país. A história oral, como sabemos, é uma importante ferramenta para a escrita da história, sobretudo em relação a eventos e conjunturas transcorridas há pouco tempo. Por outra parte, como assinala Terry Cook (1997), o desenvolvimento da Arquivologia é marcado pela presença dos “arquivistas líderes”, atores sociais que, a seu tempo, foram de fundamental importância para solidificar a existência da área. Assim é até certo ponto urgente que projetos voltados a registrar as memórias e percepções destes “arquivistas líderes” sejam empreendidos.

Em 2018, o Arquivo Nacional completou 180 anos de existência e a lei que regulamenta a profissão de arquivista no Brasil cumpriu quatro dé-

cadadas a serviço do país. A arquivística e a Arquivologia, portanto, são áreas plenamente consolidadas, com boa tradição formativa e plenamente estabelecidas – ainda que em constante construção. Apesar desta trajetória, parece existir uma percepção até certo ponto sinuosa sobre a identidade do campo e de seus profissionais. Quiçá esse entendimento seja fruto, como vimos, das próprias deficiências que a área mantém na esfera do “auto-conhecimento”. Lançar luzes sobre os “arquivos da Arquivologia”, conhecê-los, debatê-los e problematizá-los pode ser um caminho para a superação destes desafios. Através deles, talvez compreendamos mais e melhor os porquês de nosso desenvolvimento às vezes limitado, de nossas contradições institucionais e das verdadeiras barreiras que nos impedem de contribuir mais amplamente para o Brasil.

5. Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL, *Arquivos correntes: organização e funcionamento*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1985.

Heloisa Liberalli BELLOTTO, *Arquivo: estudos e reflexões*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

Mariza BOTTINO, *O legado dos Congressos Brasileiros de Arquivologia (1972-2000): uma contribuição para o estudo do cenário arquivístico nacional*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2014.

BRASIL, *Lei Federal Nº 6.546*, de 4 de julho de 1978.

BRASIL, *Lei Federal Nº 8.159*, 8 de janeiro de 1991.

Astrea de Moraes e CASTRO *et al*, *Arquivística = Técnica; Arquivologia = Ciência*, Brasília, ABDF, 1985.

Astrea de Moraes e CASTRO, *Arquivística: sua trajetória no Brasil*, Brasília, Stilo, 2008.

Terry COOK, “Entrevista – Terry Cook” em *Revista InCID*, v.3, n.2, 2012.

José Pedro Pinto ESPOSEL, *Arquivos: uma questão de ordem*, Niterói, Mui-raquitã, 1994.

Samuel H. JAMESON, *Administração de arquivos e documentação*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964.

José Maria JARDIM, *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*, Niterói, EdUFF, 1999.

- Fernanda Kieling PEDRAZZI *et al*, *Memória dos 40 anos de Arquivologia da UFSM*, Santa Maria, RS, FACOS-UFSM, 2017.
- Maria Itayra Coelho de Souza PADILHA; Miriam Süssking BORENSTEIN, “O método de pesquisa histórica na Enfermagem”. *Texto & Contexto Enfermagem*, nº 14, 2005. Disponível em <<http://www.redalyc.org/html/714/71414415/>> [Data da consulta: 23/10/2018].
- Marilena Leite PAES, *Arquivo: teoria e prática*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- Ivana PARRELA, *Patrimônio regional e escrita de uma história da pátria regional*, Belo Horizonte, Annablume, 2012.
- Heloísa de Almeida PRADO, *A técnica de Arquivar*, São Paulo, Ática, 1974.
- Clarissa Moreira dos Santos SCHMIDT, *A Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*, São Paulo, USP, 2012. (Tese de Doutorado em Cultura e Informação).
- Marcílio Vaz TORRES, *Vade mecum do arquivista*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.
- Juan VOUTSSÁS M., *Estado del arte de la Archivística iberoamericana a través de sus publicaciones: 1986-2016*, Cidade do México, Archivo General de la Nación, 2016.